Financiamento francês ajuda a desenvolver a Casan

A Casan acaba de assinar, em Brasília, um financiamento de 150 milhões de euros com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para fortalecer os investimentos no saneamento em Santa Catarina. O empréstimo não soberano, de trajetória sustentável, será acompanhado por um programa de assistência técnica cofinanciado pelas duas instituições, voltado ao aprimoramento da gestão, da eficiência operacional e da sustentabilidade da Companhia.

A parceria representa um novo avanço na cooperação entre CASAN e AFD e contribuirá para a transformação institucional e operacional da empresa, com foco na ampliação do acesso aos serviços de água e esgoto, na modernização dos sistemas, na redução das perdas de água e na preparação para os desafios climáticos. Em um cenário de estiagens e episódios de chuvas intensas, a ampliação da infraestrutura de saneamento e o aprimoramento dos sistemas existentes são fundamentais para garantir mais segurança hídrica, qualidade de vida e resiliência aos municípios catarinenses.

O financiamento inaugura uma nova etapa da parceria entre a CASAN e a AFD, com atuação mais estratégica e abrangente no processo de transformação da Companhia. A cooperação contempla o fortalecimento da governança, da sustentabilidade financeira e da eficiência operacional, além da integração de aspectos climáticos, ambientais e sociais à gestão e da promoção da igualdade de gênero.

Intervenção

Diante dos dois feminicídios registrados em Chapecó nos dias 20 e 21 de novembro, a deputada estadual Luciane Carminatti (PT) encaminhou ofício ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), à Corregedoria-Geral da Justiça e à Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), solicitando uma intervenção urgente para fortalecer a rede de proteção às mulheres no município.

A parlamentar pede que o Judiciário, junto ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar de Chapecó, avalie o funcionamento da rede local, identifique possíveis falhas, revise os fluxos de atendimento e estabeleça medidas concretas para melhorar a articulação entre os órgãos responsáveis.

Foto: Agencia AL/Divulgação



Segundo o Observatório da Violência Contra a Mulher de Santa Catarina (OVM/SC), Chapecó registrou 19.854 ocorrências de violência doméstica entre janeiro de 2020 e outubro de 2026, uma média de oito por dia.

Tecnologia catarinense

As prefeituras brasileiras passam a contar com uma infraestrutura de dados para a gestão pública construída com inteligência artificial. A IPM, govtech de Florianópolis, lançou o Radar, plataforma que unifica os dados de todas as áreas da prefeitura, como finanças, saúde, educação, infraestrutura urbana, moradores e alertas climáticos, e responde em segundos às perguntas do prefeito, com a fonte de cada número. Com o El Niño forte no Sul, um dos primeiros usos é agir antes da chuva: o Radar coloca os alertas de chuva forte na mesma tela dos dados de infraestrutura e de população de cada área da cidade. A tecnologia está disponível em todo o território nacional.

Nomeação

A Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC) irá nomear 435 novos policiais civis em um único ato: 300 agentes de polícia, 100 escrivães de polícia, 20 delegados de polícia e 15 psicólogos policiais. Os aprovados iniciarão o Curso de Formação Policial na Academia da Polícia Civil de Santa Catarina (Acadepol). A nova chamada representa a segunda grande nomeação para agentes e escrivães e a terceira nomeação deste ciclo de concursos para delegados e psicólogos policiais, consolidando uma recomposição contínua do quadro funcional da instituição.

A medida dá sequência ao pacote de recomposição de efetivo promovido pela atual gestão para superar anos sem realização de certames na Polícia Civil, período que acumulou 14 anos sem concurso para psicólogos policiais, 10 anos sem concurso para delegados de polícia e 8 anos sem concurso para agentes e escrivães.

Desempenho ambiental

Santa Catarina publicou o índice que vai definir como os municípios participarão da parcela destinada à preservação ambiental na distribuição do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Proposto pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde (Semae), o IPM Ambiental considera indicadores de preservação de áreas naturais, saneamento básico e gestão dos recursos hídricos e será utilizado como referência nos repasses previstos para 2027. O novo critério incorpora a gestão ambiental à distribuição das receitas públicas e cria um mecanismo de incentivo ao avanço dos municípios nessas áreas.

O IPM Ambiental define como será distribuída entre os municípios essa parcela de 5% destinada à preservação ambiental. A implementação, no entanto, será gradual, acompanhando o período de transição da reforma tributária.

Favorável

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Alesc aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei (PL) de autoria do deputado Fabiano da Luz (PT), que institui o reconhecimento, a certificação e a proteção das Unidades Territoriais Tradicionais (UTTs) dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matrizes Africanas (Potmas) em Santa Catarina, a exemplo de terreiros, casas de santo e roças.

Pela proposta, os espaços passam a integrar o Cadastro Estadual de UTTs, sob gestão da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família. O acompanhamento dessas unidades será realizado por uma comissão intersetorial paritária, encarregada de mediar conflitos e propor políticas públicas voltadas ao segmento. A certificação assegura proteção contra remoções sem consulta prévia, prioridade em editais culturais, acesso a programas de infraestrutura e saneamento e previsão de recursos no orçamento estadual.

Integração Editorial

Associação de Diários do Interior SANTA CATARINA

APJSC Associação dos Portais de Notícias e Jornais Digitais de Santa Catarina

Produção e edição: ***ADI/SC - Jornalista Celina Sales***
Diagramação: ***Celina Sales***
Contato peloestado@gmail.com
*Esta coluna é publicada nos jornais eportais associados a ADISC e a APJSC